



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



quê? Porque embora nem sempre valorizemos o que vem sendo feito no Brasil, só em matéria de apoio à ciência e tecnologia o dispêndio é de 1 bilhão e 200 milhões de reais. Sem contar com os sistemas estaduais.

Desde 1951, o CNPq funciona regularmente. Temos 40, 50 mil bolsistas todos os anos, há 50 anos. O número médio deles poderá ter variado, mas que sejam 20 mil em média. Quanto dá? Continua multiplicado por 50. Um milhão. Isso conta. Existe um sistema de produção de gente, de formação de gente. É isso que faz o diferencial.

Então, com todas as limitações que aqui o sistema global produz, há pontos de condensação da possibilidade de crescimento. Sobretudo o crescimento industrial e tecnológico e dos serviços mais sofisticados.

Estamos entrando no próximo século capacitados para desempenhar um papel nele, *à la grande*, se persistirmos, mantendo a democracia, o Estado organizado, a competência do Estado, a capacidade de um diálogo permanente com a sociedade e o desenvolvimento educacional.

Para que possamos sustentar o desenvolvimento educacional, é fundamental que se comece pela base, que foi tudo que fizemos. Hoje, temos – eu repito sempre isso – quase 97% das nossas crianças em idade escolar nas escolas. A matrícula no curso secundário cresceu 57% nos últimos cinco anos. Por isso, propus no PPA a criação de 10 milhões de vagas no ensino secundário, porque isso é necessário, porque a pressão começou a vir de baixo. O número de universitários dobrou nas universidades privadas. Essa é a base, essa é a riqueza maior de um país. Esse é que é um projeto de um país que pode crescer. Não haverá democratização de oportunidades se não houver uma educação com maior acesso.

Todas as idéias que vi, agora, discutidas lá em Florença com os líderes de alguns desses países mais importantes do mundo não diferem disso, nesse aspecto. Igualdade e oportunidade significam educação. Sem educação não há futuro. Sem uma base tecnológica não haverá futuro. Isso há muito tempo se chama de governabilidade, eles chamam de *government* em inglês. Se não se entende isso, também não se entende nem democracia nem progresso. *Government* não é o governo tomando decisões, não é o Estado tomando decisões, é a sociedade.

Não existe governabilidade se o conjunto da sociedade não participa ativamente do processo de elaboração desse projeto nacional. Se a mídia não cumpre o seu papel – não quer discuti-lo –, se os sindicatos não cumprem o seu papel, se as Igrejas não cumprem o seu papel, se a família não cumpre o seu papel, se o líder da administração não cumpre o seu papel. E, sobretudo, se não se criam formas de cooperação, de parcerias entre Estado e sociedade. E se se dilui aquela barreira que parecia existir entre uma coisa que é o Estado e outra coisa que é a sociedade, por que não convergir? Quer dizer, o mundo moderno implica essa governabilidade, essa maneira mais ampla.

Então é preciso que todos participem. Oposição não pode ser destruição para haver governabilidade. Quando a oposição é destruição, não há governabilidade, porque todos ficam com medo de que a oposição ganhe, porque pode destruir. Mas se a oposição for, ao mesmo tempo, participação responsável contra, mas crítica, mas responsável, aí há governabilidade.

Esse projeto a que eu me refiro, nacional, não pode ser pensado mais como um livro que o Presidente escreva ou que intelectuais escrevam, ou que os Ministros decidam. Não. Tem que ser um processo da sociedade. O Plano Plurianual de Investimento contém esses aspectos e parte da base do que mencionei aqui, de uma forte reformulação da infraestrutura brasileira – e nós estamos fazendo isso avançadamente –, parte da base que precisa de uma revolução na educação, parte da base que precisa, naturalmente, estender a questão de saúde, e vem o óbvio, o bê-á-bá em todas essas coisas.

Portanto, agora que eu vou entrar mais diretamente no assunto conjuntura nacional e as Forças Armadas, eu queria reafirmar aqui, como acabo de fazer, como vejo o Brasil, sem negar as dificuldades, sem mostrar que houve um momento de paralisação do nosso programa de transformação. Mas retomamos esse programa, e o rumo não foi perdido. O horizonte é muito mais positivo hoje do que podíamos imaginar no começo do ano.

Mas, sobretudo, é preciso que incorporemos nas nossas mentes e corações a idéia de que este país tem possibilidades históricas efetivas, a

despeito de tudo, da globalização, das dificuldades, porque são dados da realidade. É um processo de reorganização do mundo. Não podemos sair do mundo, mas temos oportunidade efetiva de participar, de uma maneira mais autônoma, se nos organizarmos melhor, se entendermos melhor a natureza dos processos que estamos enfrentando e se formos capazes de convergir na direção dos objetivos que traçamos como sendo os objetivos que atendem às aspirações do nosso povo.

É claro que, nessa conjuntura, não podemos deixar de recolocar a questão das Forças Armadas, e de uma maneira muito objetiva, porque elas passam a ser co-partícipes na construção de um Brasil mais justo e mais seguro. A própria idéia que acabei de dizer, de governabilidade, implica isso também. Não se trata apenas da questão das Forças Armadas no seu papel tradicional, mas elas são ferramentas imprescindíveis ao poder político para garantir a soberania do país, a segurança e a garantia da consolidação plena da democracia.

E, na verdade, até me sinto orgulhoso de ver e ter acompanhado, nesses anos todos, a participação do segmento militar no Brasil. Vejo que existe uma grande integração desse segmento nesse espírito de um Brasil que cresce. Sou testemunha do profissionalismo imenso das Forças Armadas. Sabemos das dificuldades, sabemos que existe um hiato tecnológico das nossas Forças Armadas com outras Forças Armadas, mas não é diferente dos hiatos que temos noutras aspectos da sociedade. É a mesma coisa.

Não podemos ter Forças Armadas *up to date* e tecnologia de produção que não seja *up to date*. Como temos um país desigual, tão desigual como é o Brasil, é natural também que não tenhamos as nossas Forças Armadas em todos os setores, tudo em nível de primeira linha. Mas temos a consciência e estamos trabalhando no sentido de que haja, crescentemente, uma participação melhor, uma absorção pelas Forças Armadas de toda essa questão do desenvolvimento tecnológico.

Aqui, no Brasil, sentimos que as Forças Armadas se integram perfeitamente nessa política nacional. Elas estão comprometidas com a democracia e com essa política nacional. Não há essa visão estanque entre militares e civis, senão que no sentido de que o processo é o mesmo e

que o desafio é o mesmo desafio, de brasileiros e de cidadãos brasileiros, que nós demos alguns passos na direção de algumas transformações nas Forças Armadas.

Em primeiro lugar, criamos o Ministério da Defesa. Aqui, no dia 10 de junho de 1999, concretizamos a criação do Ministro da Defesa. E aqui está o Ministro Élcio Álvares.

Nesse momento, é de meu dever fazer uma referência muito especial aos ministros que antecederam os atuais ministros, o Ministro Zenildo Lucena, o ministro Mauro César e o Ministro Lélio Lobo, que conduziram com muita competência, com profissionalismo – e eu até diria, no que diz respeito a mim, pessoalmente, com muita solidariedade –, essas transformações pelas quais as Forças Armadas estão passando e a criação do Ministério da Defesa. Foi algo importante, e eu homenageio os Ministros que já não estão mais na ativa. É claro que eu estou, ao mesmo tempo, rendendo o meu tributo de reconhecimento ao modo pelo qual as Forças Armadas absorveram essas instituições que foram sendo propostas.

É claro que nunca imaginamos criar o Ministério da Defesa no sentido de mimético, de copiar isto ou aquilo. Os que trabalharam comigo mais de perto sabem que a minha determinação – que foi anterior mesmo à eleição – que era a criação do Ministério da Defesa, sempre o foi no sentido de que houvesse uma elaboração, por parte das próprias Forças Armadas, de quais seriam os mecanismos mais adequados para que, no caso brasileiro, pudéssemos dispor de um sistema que otimizasse a defesa nacional.

Portanto, nossa idéia sempre se baseou na integração e na racionalização de atividades comuns para aumentar a eficiência da atividade fim, de modo que possamos nos capacitar melhor para o emprego combinado dos meios navais, terrestres e aéreos, para que o efeito dissuasório possa ser mais eficaz. Essa é uma das premissas de qualquer organização das Forças Armadas.

Algumas dessas vantagens já estão se fazendo sentir, no que diz respeito à questão da segurança nacional, na medida em que se facilita a comunicação entre as Forças, em que se torna mais direto o conheci-

mento de uns pelos outros, em que se possibilita, portanto, também, um dimensionamento dos meios de defesa em nível global, para que se possam aproveitar as complementariedades que existem entre as várias Forças. Obviamente, também, se simplificou o processo de representação externa das Forças Armadas.

Os senhores sabem que esse Ministério foi embasado, primeiro, na política de defesa nacional que aprovei em dezembro de 96, que foi um passo prévio e um passo importante para que tivéssemos uma política. Essa política de defesa nacional é que ensejou a proposição de estratégias convergentes para o preparo e o emprego das Forças.

Agora, caberá ao Ministério da Defesa a elaboração da política militar brasileira, para traçar e implementar as estratégias, para que possamos alcançar os objetivos que foram ali determinados. Os senhores são homens afeitos a teorias sobre a guerra e sabem que a primeira condição é que se tenha um objetivo claro, para que se possa, em seguida, organizar as Forças de modo que elas possam atuar. Agora, na política militar brasileira que o Ministério da Defesa irá desenvolver, vamos ter, de uma maneira mais eficaz, a definição das estratégias que nos permitirão ter uma visão mais objetiva desse processo. Temos que entender também que essa conjugação de esforços, essa união de todos é contínua e há de se aperfeiçoar continuamente.

Quero felicitar o Ministro Élcio Álvares, porque conduziu esse processo, no Congresso Nacional, de forma adequada. Também quero fazer meu reconhecimento e meu agradecimento aos Ministros aqui presentes: o Almirante Sérgio Chagastelles, o Brigadeiro Walter Brauer, o nosso Militar, o nosso Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional, General Alberto Cardoso. Quero agradecer muito o esforço que têm feito. Vejo que temos tido contatos permanentes, sobretudo pelas razões naturais, com o Comandante do Exército, que tem se revelado de uma sensibilidade, de uma competência extraordinária no encaminhamento das questões.

Estendo isso aos demais Comandantes das Forças. Eles sabem também da consideração na qual eu os tenho e sabem e sentem, suponho eu, na pele que a transformação dos Ministérios anteriores no Ministério da Defesa

não foi para mim, nunca, uma forma de diminuir a importância das Forças Armadas. O General Gleuber Vieira, que tem nos acompanhado mais de perto, por causa das questões difíceis de segurança nacional no aspecto interno, sabe disso. E o Brigadeiro Brauer e o Almirante Chagastelles, também. E o General Alberto Cardoso, que está constantemente comigo, também sabe.

Essa transformação do Ministério da Defesa é um marco, não apenas em termos que espero que, organizacionalmente, nos prepare melhor para nossas tarefas de segurança, mas a forma como foi feito, que não é virtude do Presidente da República, senão que a virtude daqueles que entenderam a importância desse processo.

Da mesma maneira, em função de uma série de modificações havidas no Brasil e por força da criação do Ministério da Defesa, alterei bastante a Casa Militar da Presidência da República e a transformei em Gabinete de Segurança Institucional. Esse Gabinete de Segurança Institucional ganhou relevo, na medida em que tem uma Subchefia Militar, mas sob ele também está a Agência Brasileira de Inteligência, que acabou de ser aprovada pelo Congresso. E acredito que também tenha sido algo importante que, em um país democrático, depois de anos de discussão, o Congresso Nacional deu seu aval à criação de um sistema de uma Agência Brasileira de Inteligência, entendida esta como Inteligência em favor do Estado e não do Governo, e não em termos políticos, mas em termos institucionais. Então, lá está, no Gabinete de Segurança Institucional, a Abin.

Criamos também a Secretaria Nacional Antidrogas – sobre ela falarei já, daqui a pouco –, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, além da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo. Aqui é interessante, porque temos dois órgãos: um diz respeito ao Estado e outro, ao Governo. Enquanto um é composto de membros de outros poderes e se reúne por razões específicas que dizem respeito ao Estado, temos a Creden, que é a Câmara de Defesa, que responde ao Governo. Existe aí uma Secretaria e uma integração entre esses dois órgãos.

Quero, neste momento, lhes falar com muita clareza sobre uma questão que é uma questão momentânea. Agora mesmo, a Senad–Se-

cretaria Nacional Antidrogas está participando de uma ação integrada, socioeconômica e policial-militar no chamado “polígono da macona”. A Senad está coordenando isso. E essa ação tem uma vertente socioeconômica que se chama Projeto Moxotó-Pajeú e tem uma outra vertente que se chama Mandacaru. Por que quero falar sobre isso? Porque, freqüentemente, há referências à utilização das Forças Armadas na questão do narcotráfico. Tenho me referido, com certa insistência, à necessidade de tratarmos com mais vigor e mesmo dureza e, ao mesmo tempo, com mais ação preventiva a questão não do narcotráfico, mas das drogas. O narcotráfico é com mais dureza mesmo. E o crime organizado, também.

Assistimos estarrecidos, todos, a algumas revelações – de algumas o Governo já sabia –, mas de uma forma de revelação mais, digamos, estrepitosa, feita pela CPI do Narcotráfico. Ainda que possa haver, aqui e ali, exagero, a verdade é que o país precisava saber que o narcotráfico é alguma coisa extremamente grave, e o crime organizado, também. E precisava também saber que, silenciosamente, o Governo preparou os instrumentos para dar combate a essas questões. Essas questões não se combatem, simplesmente, como tenho dito, prendendo “pé-de-chinelos”, elas se combatem no controle da lavagem de dinheiro, na perseguição aos capitalistas da droga e ao crime organizado, que têm, às vezes, vinculações institucionais.

Criamos, fizemos aprovar uma legislação específica para esta matéria de lavagem de dinheiro, que não era sequer delito no Brasil. Fizemos aprovar a questão do resguardo das testemunhas, que não existia no Brasil. Tomamos uma série de medidas, silenciosamente, que não foram sequer registradas e que, agora, diante do caso, se começa a ver a importância. Criamos uma comissão especial para cuidar do controle desses sintomas mais evidentes de utilização do sistema financeiro para a lavagem de dinheiro. Estamos fazendo com que o Banco Central, a Polícia Federal, a Senad, a Receita Federal conversem entre si, para que possamos dar esse combate.

Agora, outra coisa são as Forças Armadas. As Forças Armadas não podem e não devem ter uma ação direta nesta matéria. Não é função

delas. Estamos nos preparando para entrar no próximo século com uma participação mais ativa no concerto internacional – e temos condições para isso, sem bazófia. Para isso é óbvio que precisamos ter Forças Armadas capazes de responder à nossa segurança, à defesa das nossas fronteiras e aos nossos interesses nacionais.

Isso não quer dizer que as Forças Armadas não possam e não devam participar, digamos, subsidiariamente, da questão do combate às drogas. Mas não é papel das Forças Armadas, como, às vezes, de uma maneira precipitada, momentânea e oportunística mesmo, se requer estar prendendo este ou aquele que está metido no narcotráfico. Elas não estão preparadas para isso, não são treinadas para isso. Não é sua função.

Nessa operação a que me referi, do “polígono da maconha”, existem lá, hoje, 1.200 homens do Exército e, no total, uns 1.500 homens das Forças Armadas. Esta operação é uma operação de segurança. Aquela zona está se transformando em uma zona de bandidagem livre. Recentemente, estive em Petrolina. O Brigadeiro Brauer me acompanhou. Lá, em Petrolina, o governador conversou comigo – e já conversou várias vezes. Aquilo ali está se transformando em uma zona extremamente perigosa, sem lei, sem Estado. A presença das Forças Armadas é para representar o Estado. O Estado está lá. E essa presença é ostensiva. Já vi críticas de que estão deixando saber tudo. Mas é para isso mesmo. Não é uma operação para pegar traficante, é para dar segurança à população. Junto com isso, o BNB está fazendo um programa que, nos próximos quatro anos, implica dar empréstimos no valor de 400 milhões de reais para que os agricultores que produzem maconha mudem de produção. É uma ação socioeconômica.

É claro que existe também – e aí é a Operação Mandacaru – uma ação repressiva. Aí, a polícia vai entrar mais diretamente, a Polícia Federal vai entrar mais diretamente. É atribuição dela. Agora, obviamente, nas fronteiras estão as Forças Armadas, e quase que estão só elas. Quisera eu que o conjunto dos segmentos da sociedade brasileira tivesse o mesmo sentimento que têm as Forças Armadas de presença nessas regiões.

Devo dizer, também, nesse sentido, que vamos precisar retomar os processos de modernização das nossas Forças. Eu disse, no início, das

dificuldades que enfrentamos, da relativa postergação de ações que eram importantes. Achamos que, a partir de agora, não podemos parar com essa elaboração da política militar brasileira, definindo melhor o papel estratégico de cada Força, definindo as tarefas a serem cumpridas. Devemos retomar um programa de modernização nas Forças Armadas. O Ministro Élcio conversou comigo a esse respeito, no que tange não só à Aeronáutica, mas às diversas Forças. É um projeto de 10, 15 anos. Sei que nunca houve uma paralisação desses processos, mas precisamos encarar de uma maneira mais global. Se eu quiser olhar Força por Força, não há dúvida nenhuma de que a Marinha manteve os seus programas básicos.

O fato de estarmos produzindo, agora, construindo o nosso quarto submarino é alguma coisa bastante importante. Quantos países do mundo são capazes disso? Dos países ao sul do Equador, nenhum. Nem mesmo mais ao norte. Também vi a modernização de toda a aparelhagem das nossas fragatas, dos nossos navios. Vamos continuar nessa direção. Sei do esforço que a Marinha tem feito nessa questão toda e, sobretudo, na presença, por exemplo, na Namíbia, onde nossa ação tem sido muito constante, de apoio, de formação de quadros e mesmo de equipamento para a Marinha daquele país. Acredito que a presença da nossa Marinha ajuda a que tenhamos uma política internacional mais ativa.

Embora a nossa Marinha esteja se preparando para continuar sendo uma Marinha de águas azuis, ela tem também se ocupado dos nossos rios. Houve algo muito importante, que foi a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, que foi feita pela Marinha, que conseguiu, digamos, preencher uma lacuna. Ao mesmo tempo, para se ver o reconhecimento da sociedade a isso, é que foi a Marinha quem recebeu o Prêmio Hélio Beltrão, para mostrar que existe aí uma interação efetiva entre a sociedade civil e a Marinha.

Portanto, ao dizer que vamos apoiar esse plano de reequipamento, eu não estou negando – pelo contrário – os esforços que têm sido feitos. O Exército tem se empenhado para termos algumas unidades altamente preparadas, forças de pronto emprego, e com desenvolvi-

mento tecnológico o mais avançado possível. E se quisermos ver o modo pelo qual o Exército tem se preparado, basta olhar algo que foi muito importante, que foi a introdução do chamado provão, que foi uma revolução do sistema universitário brasileiro. Ele sofreu muita reação por parte de certos setores militantes da juventude. Mas, hoje, já é aceito mais amplamente: é a avaliação das escolas. Basta ver qual foi a avaliação das escolas militares, das escolas de engenharia, sobretudo para verificar que não houve perda daquilo que é essencial, que é o capital humano, que é a auto-estima, que é a qualidade que as Forças Armadas tem de terem esse sentimento da sua responsabilidade ante o Brasil.

Assim como a Marinha tem tido esse programa com a área civil, o Exército tem tido uma participação muito ativa no Programa Universidade Solidária, no Prodea, que é a distribuição de alimentos, para não mencionar a questão relativa aos batalhões de engenharia que, tradicionalmente, ajudam o desenvolvimento do nosso país. Como vimos agora há pouco, temos alguma Força participando da missão de paz no Timor Leste. Isso é um esforço conjunto da Força Aérea e do Exército. Vimos isso em Angola. Eu mesmo visitei pessoalmente os mais de mil homens em Angola. Amanhã ou depois, estaremos com presença mais forte no Timor Leste também.

A presença do Brasil no Timor Leste não é uma coisa simples, porque do ponto de vista logístico é extremamente complicada. Não obstante, estamos nos dispondo a ter uma presença maior nas Forças que deverão permanecer. Ou seja, quero, portanto, destacar que tem havido essa presença constante do Exército.

Na questão da Aeronáutica, acredito também que nós temos aí que olhar – usando a linguagem que eu ouço dos meus aviadores – as nossas plataformas. Temos que ter uma política de melhoria de algumas delas. E temos um programa de reequipamento de alguns dos nossos aviões. O papel da Aeronáutica tem sido bastante substantivo. Já falarei de uma região específica do Brasil, para ressaltá-la, mas acho que a Aeronáutica tem e vai continuar tendo um papel importante na questão aeroespacial.

Acho que, nessa matéria, o Brasil fez progressos. Espero que possamos, agora em dezembro, constatá-los de forma mais veemente. Esses progressos são feitos em termos tecnológicos. O aproveitamento da Base de Alcântara, que nós estamos negociando duramente –nós temos, também, feito progressos nisso –, vai mostrar o que significou essa presença da Aeronáutica na preparação dessa matéria. Não podemos nos esquecer nunca, também, que se hoje nós podemos nos orgulhar de ver que a Embraer é a quarta maior empresa de aviões do mundo, ela não existiria se não tivesse havido o Centro Tecnológico da Aeronáutica, se não tivesse havido um empenho muito grande da nossa Aeronáutica no desenvolvimento tecnológico.

Portanto, quando eu disse que vamos retomar com mais ênfase uma programação de reequipamento – e eu reconheço as limitações que tivemos para impedir que fôssemos mais depressa em certos setores –, não quero deixar de reconhecer aqui o papel cumprido, o desenvolvimento havido.

Espero que essa nova política militar possa nos permitir uma definição clara, e que essa definição clara de objetivos, estratégias e meios possa ser discutida, não só na Creden, mas discutida no Congresso Nacional, onde crescentemente há interesses pela questão da segurança nacional, da defesa nacional. Que ela possa ser discutida de uma maneira objetiva, de tal modo que, quando falei aqui de um projeto nacional de desenvolvimento, esse projeto nacional de desenvolvimento inclua, como inclui, as Forças Armadas. E que o PPA inclua, e que, realmente, sintamos que essa questão militar/civil não pode ser posta em contraposição, senão tem quer ser posta por um traço de união para o nosso país, que é o interesse nacional.

Se me permitem, não quero cansá-los – costumo falar demais –, mas queria ainda dizer-lhes alguma coisa muito específica sobre uma área do Brasil que me preocupa, que é a Amazônia.

Não há dúvida de que os avanços na área de relações institucionais, entre o poder político e as Forças Armadas, no Brasil, é grande. E que esse sentimento de que a defesa nacional é de todos, não é só das Forças Armadas, está crescendo. Lá, na nossa política de defesa nacional, há

uma frase que diz o seguinte: “protegendo a Amazônia brasileira com toda a sociedade e a valorização da presença militar”. A frase é simples, mas ela resume o que nós precisamos: “proteger a Amazônia com o apoio da sociedade e com a presença militar”. Sei que as Forças Armadas têm tido como prioridade a Amazônia. Por razões óbvias, pela diversidade biológica, pelo imenso espaço territorial, pela hidrografia, pelas fronteiras, enfim, pela diversidade cultural.

Tudo isso é algo muito importante e considero que é nossa missão indelegável proteger a Amazônia. Isso me parece que é alguma coisa que não é apenas uma opinião do Governo nem é uma determinação do Presidente, é um sentimento do País.

Nesse contexto, precisamos de uma articulação crescente entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Ciência e Tecnologia. Alguns dos senhores aqui presentes sabem que fiz um esforço muito grande para que o Sivam fosse aprovado. Isso me custou o que eles chamam “o dossiê Sivam”. Parecia que era um dos escândalos do governo. O escândalo era não aprovar depressa. Por sorte, vencemos. O Sivam e o Sipam, hoje, estão aprovados. Já os primeiros resultados começam a ser sensíveis. Isso é muito importante.

Agora, determinei que se desse maior ênfase ao Projeto Calha Norte, que passou a ficar sob o controle do Ministério da Defesa. Talvez não tenham notado, mas tenho visitado a Amazônia com muita freqüência, até para, simbolicamente, reiterar o que significa a Amazônia para os brasileiros, em todos os seus aspectos. Isso não significa que o Brasil se furte à cooperação científica e etc., mas significa que o Brasil considera que a Amazônia é nossa, é indelegável. E para que possamos dizer isso com consciência universal, temos que ter uma presença construtiva e eficaz na Amazônia. Presença física, presença militar, presença tecnológica, presença de produção, presença de preservação, presença de respeito aos povos indígenas, enfim, mas uma presença sob nosso controle, sob nosso comando.

O Ministério das Relações Exteriores tem ajudado nisso. Vamos transferir a Secretaria do Tratado Amazônico para Brasília. Já foi aprovado. Existe um tratado amazônico. Os países que têm a Amazônia se

juntaram para ter uma secretaria-executiva. Ela vai estar em Brasília. E acredito que esse ponto é um ponto fundamental. Quando o Brasil perceber o conjunto de esforços feitos, vai ver que estamos dando uma ênfase muito grande à Amazônia, porque ela necessita dessa ênfase.

O Ministro Élcio Álvares me referiu, outro dia, ao conjunto do Projeto Calha Norte. Eu também queria lhes dizer que, na visão estratégica, que está escrita e que sempre foi a nossa, a minha, a questão da Amazônia sempre foi prioritária. Dedicamos alguns esforços específicos para melhorar as condições de vida na Amazônia. Basicamente, em energia e transportes.

Se forem visitar o Pará, vão ver que, hoje, nós energizamos o Pará. Estamos fazendo um grande esforço, agora, para que o gás de Urucu possa servir a Manaus. Agora, descobrimos gás mais próximo até do que Urucu, mais próximo de Manaus. Vamos levar o gás de Urucu para Porto Velho. Da mesma maneira, estamos agora – no PPA, podem verificar – fazendo as estradas perimetrais. Também algumas estradas, como a BR-173, que é uma estrada que já está feita. Estamos dando ênfase à ligação com o centro do Brasil e a Amazônia. O rio Madeira, hoje, é navegável dia e noite. Temos um sistema de satélite para permitir a navegação noturna na Amazônia.

Enfim, há um esforço grande. Sou testemunha também do esforço que os Senhores das Forças Armadas têm desenvolvido lá. Esforço no sentido não apenas de presença militar – agora mesmo fizemos um exercício grande por lá –, mas no sentido dessa integração nacional, de melhorar a condição de vida da população. Os programas sociais, agora mesmo, nesta semana, vou me reunir com governadores não só da Região Amazônica, mas com uma boa parte deles, por causa da questão da saúde, para fazer um esforço com os Ministros da Saúde e da Educação no sentido de levar melhores condições de formação de profissionais qualificados em saúde, para que a Amazônia possa ter um atendimento.

Achei que era importante que eu lhes mencionasse aqui essa questão da Amazônia, porque acredito que, se temos, nas nossas políticas de defesa, alguma área na qual devemos ter os olhos postos é a Amazônia.

Na medida em que estamos conseguindo essa integração no Cone Sul – irei ao Uruguai, daqui a uns dias, para uma reunião, em Montevidéu,

sobre o Mercosul. E, ainda ontem, falei com o presidente recém-eleito do Uruguai sobre isso. Falei ontem mesmo com o Presidente recém-eleito da Argentina. Mal terminou a eleição, já disse que estaria lá e quero conversar com ele. Da mesma maneira como temos que olhar o Mercosul, uma parte importante para a nossa presença no mundo – a Amazônia é a âncora dessa presença, que vai permitir que nós tenhamos, digamos, esse peso específico, essa imensa região que pertence a nós. E na medida em que no Mercosul, na Região Sul, digamos, as articulações econômico-diplomáticas vão assegurando aquilo que nos interessa, em termos de segurança é natural que os nossos olhos se voltem para a Amazônia, em termos mais tradicionais de segurança, como presença militar.

Bem, eu creio que fiz um recorrido, embora rápido, de alguns aspectos que me parecem importantes nesse contexto. Mas quero lhes dizer que termino esse quase quinto ano de Governo. Já é bastante tempo, os cabelos ficaram mais brancos. Mas estou convicto de que temos Forças Armadas que são harmônicas e que são coesas, e que elas são, realmente, prestantes, no sentido de que são representantes direta da tarefa de coesão do poder político.

Como Comandante das Forças Armadas, poderia lhes dizer que, se essas forças não são as mais modernas, elas estão buscando essa modernidade. E elas são o que nós somos, um retrato de um país que tem enormes potencialidades e elas precisam otimizar os seus recursos.

Acredito que um segmento militar que tem qualidades, o segmento militar brasileiro, que é um segmento que hoje vive dentro das melhores regras da convivência democrática, é uma garantia para o desenvolvimento do País.

Temos, agora, uma hora que é de confiança. Confiança é a palavra de ordem dos militares. Se há alguma coisa que é inerente à profissão militar é a confiança que uns têm para com os outros.

Como Comandante, digo que confio nas nossas Forças Armadas. E, com a confiança nas Forças Armadas, eu confio no Brasil, eu confio no futuro e eu confio que nós, com persistência, sem arrogância, com determinação vamos continuar levando o Brasil para os seus melhores destinos.

Muito obrigado.